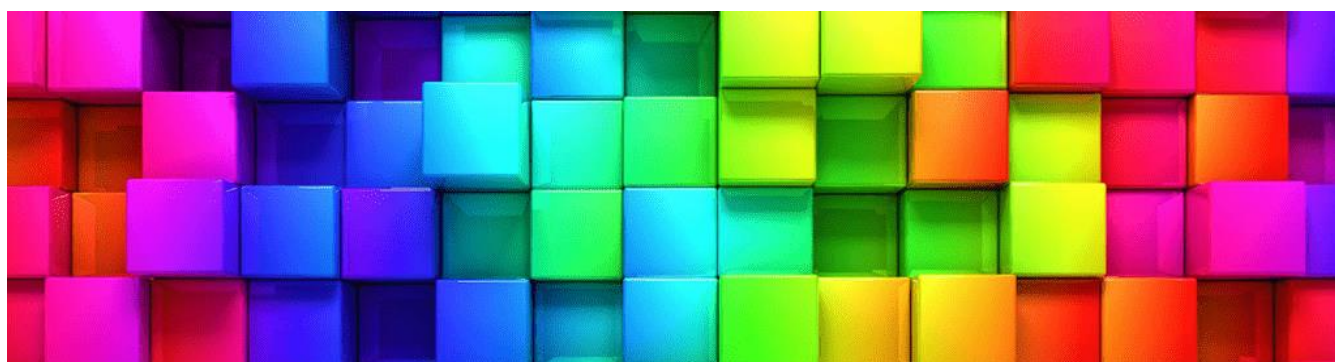


Agrupamento de Escolas Alto do Lumiar



Organização do Ano Letivo 2021-2022



Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CALENDÁRIO ESCOLAR	4
3. CONSTITUIÇÃO DE TURMAS.....	5
3.1 Critérios Gerais	5
3.2. Na Educação Pré-Escolar	5
Critérios pedagógicos a observar na constituição de turmas:	5
3.3. No 1º Ciclo do Ensino Básico	6
Critérios pedagógicos a observar na constituição de turmas:	6
3.4. No 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico	6
3.5. Disposições Comuns	7
4. DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE E ELABORAÇÃO DE HORÁRIO.....	8
4.1. Critérios de distribuição do serviço docente.....	8
4.2. Componente letiva	9
4.3. Componente não letiva	10
4.4. Horários dos docentes.....	11
4.5. Disposições comuns	11
5. CRITÉRIOS GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS DOS ALUNOS	12
6. LEGISLAÇÃO	15

1. INTRODUÇÃO

O presente documento “Organização do ano letivo 2021/2022” estabelece as orientações para o próximo ano letivo, com as diretrizes do Plano 21-23 Escola +, em particular, os Critérios de Constituição de Turmas, os Critérios para a Elaboração dos Horários e Critérios de Distribuição de Serviço Letivo.

Para além de dar cumprimento à legislação em vigor sobre estas matérias, este documento define procedimentos e práticas que visam a consolidação da organização curricular e escolar nas escolas do Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar (AEAL).

As opções organizativas e pedagógicas delineadas neste documento tiveram como base os diplomas legais e os documentos reguladores do Agrupamento.

Este documento foi elaborado tendo em consideração a missão do Agrupamento: Prestar à comunidade um serviço educativo de elevada qualidade, dando uma resposta eficaz às diferentes necessidades, tendo em conta o carácter único e dinâmico da escola, pretendendo definir uma intervenção que garanta as melhores respostas educativas às necessidades dos alunos.

De acordo, com as informações enviadas pela DGEstE, atendendo à situação provocada pela pandemia da doença COVID-19 e aos vários cenários possíveis da sua evolução serão definidos os diferentes regimes de funcionamento das atividades letivas em documento autónomo “Protocolo dos mecanismos de ação necessários à implementação dos regimes presencial, misto ou não presencial”, nesta organização deverá ser atendida a flexibilidade entre os regimes presencial, misto e não presencial, com a prioridade na frequência de aulas presenciais pelos alunos até ao final do 2º ciclo e a todos aqueles a quem não seja possível assegurar o acompanhamento pelos professores quando se encontrem em regime não presencial.

2. CALENDÁRIO ESCOLAR

O calendário escolar de acordo com o Despacho nº6726-A/2021, de 8 de julho de 2021.

Nível		Início das atividades letivas	Termo das atividades letivas
Pré-escolar		16 de setembro de 2021	30 de junho de 2022
1º Ciclo		16 de setembro de 2021	30 de junho de 2022
2º Ciclo - 5ºAno		16 de setembro de 2021	15 de junho de 2022
2º Ciclo -6ºAno		17 de setembro de 2021	15 de junho de 2022
3º Ciclo	7º e 8º Anos	17 de setembro de 2021	15 de junho de 2022
	9º Ano	17 de setembro de 2021	7 de junho de 2022

Período letivo	Início	Termo
1º	Entre 14 e 17 de setembro de 2021	17 de dezembro de 2021
2º	3 de janeiro de 2022	5 de abril de 2022
3º	19 de abril de 2022	9º, 11º e 12º anos - 7 de junho de 2022 5º, 6º, 7º, 8º e 10º anos - 15 de junho de 2022 Pré-escolar, 1º Ciclo - 30 de junho de 2022

Interrupções das atividades educativas e letivas		
Período letivo	Início	Termo
1ª	20 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2021
2ª	28 de fevereiro de 2022	2 de março de 2022
3ª	6 de abril de 2022	18 de abril de 2022

3. CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

Os critérios que se seguem têm como suporte os Decretos-Lei nº55/2018 e nº 54/2018, de 6 de julho, o Despacho Normativo nº10-A/2018, de 19 de junho de 2018, Despacho Normativo nº10-B/2018, de 6 de julho de 2019 e o Despacho Normativo nº16/2019, de 4 de junho de 2019 e têm em vista criar condições que facilitem o acesso à aprendizagem e conduzam ao sucesso escolar.

3.1 Critérios Gerais

Na constituição de turmas aplicam-se os critérios previstos no Despacho Normativo nº10-A/2018, de 19 de junho, com as alterações introduzidas pelo Despacho normativo nº 16-A/2019 de 4 de junho, nomeadamente quanto ao número mínimo e máximo de alunos, quer na abertura de turma.

Assim, na constituição de turmas deverá, sempre que possível, respeitar-se os **seguintes critérios gerais**:

- a) haver heterogeneidade a nível de género;
- b) haver uma distribuição equitativa, entre as turmas de cada ano de escolaridade, ao nível dos alunos que beneficiam de medidas de apoio social;
- c) haver uma distribuição equitativa dos alunos repetentes;
- d) haver uma distribuição equitativa de alunos por turma que beneficiam de medidas seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão;
- e) ser considerada a opção da segunda língua estrangeira, nas turmas do terceiro ciclo;

No ensino básico a constituição de turmas de EMRC obedece ao disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº70/2013 de 23 de maio.

Compete aos serviços administrativos assinalar na lista de alunos de cada turma aqueles que se inscrevem na disciplina de Educação Moral e Religiosa, especificando a confissão pretendida.

3.2. Na Educação Pré-Escolar

- a) As turmas são constituídas por um número mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças.
- b) Os grupos devem ser constituídos por crianças de idades diversas, tendo por referência o respetivo ano letivo anterior.
- c) Os grupos da educação pré-escolar são constituídos pelo número mínimo de 20 crianças, sempre que em relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração da criança em grupo reduzido, não podendo incluir mais de 2 crianças nestas condições.
- d) A redução do grupo prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destas crianças no grupo em pelo menos 60 % do tempo curricular.

Critérios pedagógicos a observar na constituição de turmas:

- a) Sempre que o número de crianças permita podem constituir-se grupos homogêneos, proporcionando, em simultâneo, se possível, a equidade de género em cada grupo.
- b) Sempre que se apresentem à matrícula irmãos, nomeadamente gémeos, a inscrição e frequência na mesma ou em turma diferente depende da vontade expressa do encarregado de educação e disponibilidade existente no estabelecimento.
- c) Mediante análise das características da população escolar e sempre que se observem crianças provenientes de etnias ou com problemática comportamentais associadas, estas devem ser integradas equilibradamente nas diferentes turmas do estabelecimento.
- d) Nos anos sequenciais, deve dar-se continuidade ao grupo, integrando elementos que respeitem o equilíbrio.

3.3. No 1º Ciclo do Ensino Básico

- a) As turmas do 1º, 2º ano e 3º anos de escolaridade são constituídas por um máximo de 24 alunos e no 4º ano são constituídas por 26 alunos.
- b) As turmas nos estabelecimentos de ensino com mais de 1 lugar, que incluam alunos de mais de 2 anos de escolaridade, são constituídas por 22 alunos.
- c) As turmas são constituídas por 20 alunos, sempre que em relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em grupo reduzido, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.
- d) A redução das turmas prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos no grupo em pelo menos 60 % do tempo curricular.

Critérios pedagógicos a observar na constituição de turmas:

- a) Na primeira matrícula pode, sempre que possível, respeitar-se a continuidade do grupo vindo da educação pré-escolar, atendendo à instituição de origem, de modo a facilitar a integração do aluno no novo meio, salvo indicação em contrário.
- b) Privilegia-se a formação das turmas por ano de escolaridade mantendo a sua formação inicial ao longo dos quatro anos de escolaridade, sempre que possível.
- c) Sempre que possível, as turmas são constituídas por alunos do mesmo ano de escolaridade.
- d) Quando a aplicação do critério expresso na alínea anterior não seja possível, as turmas são constituídas por alunos de mais de um ano de escolaridade.
- e) Na formação de turmas de primeiro ano, deve atender-se à especificidade dos alunos mediante as indicações dadas pelos educadores de infância em reunião de articulação, para uma distribuição equilibrada dos alunos, face às características e/ou problemáticas identificadas.
- f) Mediante proposta do docente titular de turma, ouvido o conselho de docentes, os alunos que revelem irregular desenvolvimento nas aprendizagens ou que tenham ficado retidos podem mudar de turma e preferencialmente, frequentar turma adequada ao seu nível de desenvolvimento e/ou ano de escolaridade.
- g) Os alunos de etnia e/ou os que evidenciam comportamentos menos facilitadores devem, sempre que possível, serem distribuídos equilibradamente pelas turmas da mesma escola.

3.4. No 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

- a) As turmas do 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos de escolaridade do ensino regular, são constituídas por um mínimo de 24 alunos e um máximo de 28 alunos;
- b) As turmas são constituídas por 20 alunos, sempre que no relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições.
- c) A redução das turmas prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60 % do tempo curricular. Na transição do 1º para o 2º ciclo, é feito o balanço e análise das turmas que terminaram o 4º ano de escolaridade, em reunião preparatória onde participam os docentes que lecionaram o 4º ano no agrupamento, o coordenador de diretores de turma, o Núcleo de Intervenção Otimização Comportamental (NIOC), o representante da equipa de educação especial, o coordenador de departamento do 1º ciclo e demais elementos convocados para o efeito.

- d) No 5º ano as turmas constituem-se, procurando a heterogeneidade e equilíbrio no domínio dos comportamentos, atitudes e características de desenvolvimento, inclusivamente no que concerne às crianças com medidas de acesso à aprendizagem e à inclusão;
- e) Como estratégia facilitadora do normal funcionamento da turma no 5º ano sempre que se justifique as turmas do 4º ano podem ser desmembradas, procurando-se a integração dos seus elementos, em grupos funcionais;
- f) Os alunos retidos serão distribuídos pelas turmas, de acordo com o seu perfil e características da turma que irão integrar.
- g) Nos 6º, 8º e 9º anos de escolaridade poderá ser garantida a continuidade da turma, podendo a Diretora, sob proposta fundamentada do Conselho de Turma, do NIOC, do Conselho Pedagógico ou, ainda, por solicitação fundamentada do encarregado de educação, autorizar a transferência de alunos entre turmas, de forma a garantir as melhores condições para o sucesso educativo, ou garantir às respetivas turmas um ambiente educativo mais adequado, nomeadamente, em matéria disciplinar.

3.5. Disposições Comuns

1. Na constituição de turmas deverá atender-se, sempre que possível, à distribuição equitativa dos alunos com medidas de acesso à aprendizagem e à inclusão, (Decreto-lei nº54/2018, de 6 de julho) não devendo ultrapassar um total de 2 alunos por turma.
2. Não podem ser constituídas turmas apenas com alunos em situação de retenção ou apenas com alunos de grupos socioculturais e étnicos de cariz minoritário, com exceção de projetos devidamente fundamentados e aprovados pelo Diretor, ouvido o Conselho Pedagógico, e mediante autorização dos serviços do Ministério da Educação, territorialmente competentes.
3. Os alunos vindos do estrangeiro que não tenham o Português como língua materna, deverão ser colocados, sempre que possível, na mesma turma a fim de facilitar a prestação do apoio pedagógico legalmente previsto.
4. As turmas de Educação Moral e Religiosa são constituídas com o número mínimo de 10 alunos e, sempre que necessário, integram alunos provenientes de diversas turmas do mesmo ano de escolaridade.
5. A constituição ou continuidade, a título excecional, de turmas com número inferior ao estabelecido carece de autorização dos serviços territorialmente competentes (DGEstE), mediante análise de proposta fundamentada o diretor.
6. A constituição ou continuidade, a título excecional, de turmas com número superior ao estabelecido carece de autorização do Conselho Pedagógico, devidamente enquadradas pela legislação.
7. O desdobramento de turmas e/ou o funcionamento de forma alternada de disciplinas dos ensinos básico e secundário e dos cursos profissionais é autorizado nos termos definidos na legislação e/ou regulamentação própria.
8. Observância de critérios de eficaz gestão dos recursos humanos disponíveis, devendo proceder-se à junção de turmas quando tal se torne necessário para assegurar o funcionamento de uma disciplina.
9. A distribuição de alunos retidos deve ser feita sempre de forma equitativa pela totalidade

das turmas constituídas, salvo indicações e opções em contrárias aprovadas em sede de Conselho pedagógico.

10. Quaisquer indicações escritas dos Professores, Conselhos de Turma e Encarregados de Educação, poderão entrar em consideração para a constituição de turmas, desde que não contrariem a legislação e regulamentos em vigor.
11. A continuidade na constituição da turma pode ser quebrada:
 - a) Por questões de disciplinares;
 - b) Por imperativos de natureza pedagógica, devidamente fundamentados pelo Conselho de Turma do ano anterior.

4. DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO DOCENTE E ELABORAÇÃO DE HORÁRIO

O Despacho Normativo nº10-B/2018, de 6 de julho de 2018, estabelece as normas relativas à distribuição de serviço docente, nomeadamente a definição de regras e procedimentos que permitam a constituição de equipas educativas de modo a potenciar o trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento e realização conjunta das atividades letivas, bem como na avaliação do ensino e das aprendizagens.

4.1. Critérios de distribuição do serviço docente

Compete à diretora distribuir o serviço docente, nos termos da alínea d) do nº 4 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

A diretora poderá atender, se possível, à continuidade pedagógica, desde que existam condições de a aplicar, devidamente balizado pelo bom senso por parte de todos os docentes, sendo que essa continuidade nunca se poderá sobrepor à graduação profissional, em consonância com o histórico do Agrupamento. Poderá atender, também, à distribuição equitativa de níveis por docente de cada grupo disciplinar e à manutenção, se possível, das equipas pedagógicas com o menor número de docentes.

- a) Na distribuição de serviço deverá atender-se, também, ao perfil do docente, tendo em conta o nível do desempenho e à experiência do mesmo.
- b) A distribuição de serviço no 2º ciclo, deve assegurar, sempre que possível, que cada docente leccione à mesma turma as disciplinas relativas ao seu grupo de recrutamento.
- c) Os critérios subjacentes à distribuição do serviço docente devem ter em conta a gestão eficiente dos recursos disponíveis.
- d) De acordo com a legislação em vigor, os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, lecionar qualquer área disciplinar, disciplina ou unidade de formação do mesmo ou de diferente ciclo ou nível, desde que sejam titulares de adequada formação científica.
- e) A distribuição de serviço dos docentes de educação especial é feita mediante a análise da área de recrutamento dos docentes e a tipologia das necessidades educativas dos alunos, devendo ser salvaguardados preferencialmente os apoios:
 - aos alunos com medidas adicionais e seletivas de apoio à aprendizagem e inclusão.
- f) Os critérios de distribuição de serviço do grupo da educação especial são:
 - a adequação do perfil do docente ao tipo de alunos ou contexto;

- a formação consentânea com as necessidades educativas dos alunos.
- a continuidade pedagógica, desde que não se verifiquem quaisquer constrangimentos;
- g) A nomeação do diretor de turma, para além da legislação em vigor, deverá ser atribuída, preferencialmente, a professores do quadro de agrupamento, privilegiando, se possível, a continuidade.
- h) A distribuição do serviço docente concretiza-se com a entrega de um horário semanal a cada docente, no início do ano letivo ou no início de uma atividade sempre que esta não seja coincidente com o início do ano letivo, que poderá ser alterado tendo em conta fins educativos, sendo o docente avisado com, pelo menos, 2 dias úteis de antecedência.
- i) O serviço docente não deve ser distribuído por mais de dois turnos por dia.
- j) Excetua-se do previsto no número anterior a participação em reuniões de natureza pedagógica convocadas nos termos legais, quando as condições da escola assim o exigirem.

Os critérios subjacentes à distribuição do serviço docente visam a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, tanto na adaptação aos fins educativos a que se destinam como na otimização do potencial de formação de cada um dos docentes.

A Diretora deve elaborar, por grupo de recrutamento, uma lista única, ordenando os docentes do respetivo grupo, tendo em conta o previsto no artigo 11º do Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 83-A/2014, de 23 de maio.

Os docentes de educação especial são recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, de acordo com o Decreto-lei nº54/2018, de 6 de julho (com a primeira alteração, através da Lei nº116/2019, de 13 de setembro) que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva e a distribuição do serviço aos docentes de educação especial é feita mediante a aplicação das medidas educativas previstas no referido decreto.

4.2. Componente letiva

A componente letiva a constar no horário semanal de cada docente respeita o disposto no artigo 77º do ECD conjugado com o artigo 79º do ECD, considerando-se que está completa quando totalizar 25 horas semanais, no caso do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, ou 22 horas semanais (1100 minutos), no caso do pessoal dos restantes ciclos e níveis de ensino, incluindo a educação especial.

Nos termos do artigo 79º do ECD, a componente letiva do trabalho semanal a que estão obrigados os docentes dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, ensino secundário e da educação especial é reduzida em 2, 4, 6 ou 8 horas, consoante a idade e o tempo de serviço:

- 50 anos de idade e 15 anos de serviço: 2 horas de redução
- 55 anos de idade e 20 anos de serviço: + 2 horas de redução
- 60 anos de idade e 25 anos de serviço: + 4 horas de redução

Os docentes da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico em regime de monodocência, que completarem 60 anos de idade, independentemente de outro requisito, podem requerer a redução de cinco horas da respetiva componente letiva semanal.

Os docentes da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico que atinjam 25 e 33 anos

de serviço letivo efetivo em regime de monodocência podem requer a concessão de dispensa total da componente letiva, pelo período de um ano escolar. Esta situação produz efeitos no início do ano escolar imediato ao da verificação dos requisitos exigidos, podendo ser usufruída num dos cinco anos imediatos àquele em que se verificar o requisito exigido, ponderando, sempre a conveniência de serviço.

A redução da componente letiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito determina o acréscimo correspondente da componente não letiva a nível de estabelecimento de ensino.

4.3. Componente não letiva

A componente não letiva do serviço docente encontra-se definida no artigo 82º do ECD e abrange a realização de **trabalho individual** e **TE** (tempo de estabelecimento). Conforme o Despacho Normativo nº10-B/2018, de 6 de julho, o Conselho Pedagógico definiu que a componente não letiva de estabelecimento terá, como tempo máximo, cento e cinquenta minutos e, como tempo mínimo, cinquenta minutos. Com base no mesmo despacho determinou ainda que a duração das reuniões de natureza pedagógica que decorrem de necessidades ocasionais terá a duração máxima de noventa minutos.

A distribuição de serviço da componente não letiva de trabalho de escola fica a cargo da Diretora do Agrupamento, de acordo com as necessidades dos alunos, das atividades previstas no Plano Anual de Atividades do Agrupamento, de acordo com o definido no Regulamento Interno do Agrupamento e com o conteúdo do Despacho Normativo de Organização do Ano Letivo e demais legislação em vigor.

A Diretora estabelece o tempo mínimo ao limite de 150 minutos semanais, a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente, de modo a que, nos termos do nº4 do artigo 82º do ECD:

- a) Fiquem asseguradas as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos;
- b) Sejam realizadas as atividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento escolar;
- c) Sejam asseguradas as atividades atribuídas à Equipa TIC e todas as outras previstas no art.º 6º Despacho Normativo nº10-B/2018, de 6 de julho de 2018.

O serviço letivo resultante dos grupos e turmas existentes na escola tem prioridade sobre qualquer outro para efeitos do preenchimento da componente letiva a que cada docente está obrigado pelo disposto nos artigos 77º e 79º do ECD.

Preferencialmente, as horas de componente não letiva deverão ser atribuídas às seguintes atividades:

- Atividades de promoção do sucesso educativo;
- Atividades de ocupação e acompanhamento dos alunos;
- Apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem.

4.4. Horários dos docentes

De acordo com o previsto no Despacho Normativo nº 10-B/2018, de 6 de julho, na elaboração dos horários dos docentes devem prevalecer critérios de natureza pedagógica que tenham em vista a igualdade de oportunidades e o sucesso educativo dos alunos, nomeadamente a criação de horários de contiguidade entre professores envolvidos em projetos comuns da turma, para facilitar a gestão e articulação interdisciplinar e articulada do currículo.

- a) Adequação do perfil do professor às necessidades da turma, designadamente quanto àquelas que apresentam problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, como no que diz respeito às necessidades multinível e, também, à apetência pela aprendizagem e enriquecimento do currículo.
- b) O horário semanal dos docentes de Educação Especial pode prever o desempenho das suas funções em mais do que um estabelecimento deste Agrupamento de escolas, prevendo o acompanhamento e supervisão de atividades, assim como o apoio de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, aos demais docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão (nº4, artigoº 11 do Decreto-Lei nº54/2018).
- c) O ajustamento do horário dos docentes às necessidades escolares que ocorram ao longo do ano letivo, sempre que se justifique.
- d) Os horários das turmas com alunos em situação de tutoria devem, se possível, prever tempos comuns para a intervenção do professor Tutor.
- e) A componente de Cidadania e Desenvolvimento é atribuída, preferencialmente a docentes do conselho de turma, independentemente do grupo de recrutamento.
- f) Atribuição de tempos comuns aos membros do Conselho Pedagógico, e membros da EMAIE para reuniões destes órgãos e das respetivas equipas de trabalho.
- g) Contemplar, se possível, momentos específicos de partilha, reflexão dos docentes sobre as práticas pedagógicas e de expectativas e necessidades de cada aluno.

4.5. Disposições comuns

Com vista a melhorar a qualidade da aprendizagem, a diretora gere os seus recursos de forma a implementar as medidas previstas na legislação em vigor que melhor se adaptem aos objetivos definidos, nomeadamente:

- a) A coadjuvação, quando necessária, em qualquer disciplina, por parte de professores do mesmo ou de outro ciclo e nível de ensino pertencentes à escola, de forma a colmatar as dificuldades de aprendizagem que sejam identificadas.
- b) Sempre que num grupo de recrutamento se verifique a necessidade de afetação ou de reafetação de horas letivas, resultantes, designadamente, de impedimentos temporários de professores, são as mesmas distribuídas a docentes em serviço na escola, caso se verifique que as contratações legais não consigam dar resposta.
- c) O horário letivo do docente deve contemplar um período para almoço de, no mínimo, de 1 hora.
- d) Os tempos a atribuir aos coordenadores de departamento são da competência da

Diretora e são utilizados nos tempos de redução da componente letiva do art.º 79 e da componente não letiva.

- e) Atribuição, se possível, de tempo semanal aos docentes para trabalho conjunto (elaboração, planificação, monitorização e avaliação).

5. CRITÉRIOS GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS DOS ALUNOS

De acordo com o previsto no Despacho Normativo nº 10-B/2018, de 6 de julho, definem-se os seguintes critérios a ter em conta na elaboração de horários para o ano letivo 2021/2022:

- a) Hora de início e de termo de cada um dos períodos de funcionamento das atividades letiva (manhã e tarde)
- b) O período de intervalo definido entre o bloco de aulas da manhã e da tarde terá o tempo máximo de cento e cinquenta minutos mais a duração de intervalos entre os tempos letivos

- Regime de Funcionamento dos Jardins de Infância

A componente letiva tem a duração de 25 horas semanais, distribuídas por 5 dias letivos, tendo o intervalo de almoço uma hora. Os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar funcionam das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 15h00, sendo o almoço das 12h00 às 13h00.

- Funcionamento das Escolas Básicas do 1º Ciclo

A componente letiva tem a duração de 25 horas semanais, distribuídas por 5 dias letivos, tendo o intervalo de almoço a duração de uma hora e quinze minutos.

No período da manhã decorrem atividades curriculares, havendo um intervalo de 30 minutos diários entre as 10h30 e as 11h00 ou 10h45 e as 11h15.

O almoço decorre entre as 12h45 e as 14h00 ou 13h00 e as 14h15.

No período da tarde decorrem atividades curriculares entre as 14h00 e as 15h15 ou 14h15 e as 15h30.

Para além do horário letivo, todas as turmas têm o prolongamento de horário, com Atividades de Enriquecimento Curricular, nos termos do Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto.

Em virtude da situação atípica devido à pandemia do COVID 19 e para assegurar as regras de segurança, poderá ser necessário desfazer os momentos de intervalo e almoço.

- Funcionamento das Escolas Básicas do 2º/3º Ciclo

- a) Distribuição dos tempos letivos, assegurando a concentração máxima das atividades escolares da turma num só turno do dia

Fazer a distribuição de uma maior carga horária, prioritariamente no período da manhã, e,

sempre que possível, libertando tardes para os alunos poderem trabalhar de forma autónoma.

- b) Atribuição dos tempos de disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da semana

Deve evitar-se que, nas disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da semana, as aulas sejam em dias consecutivos. Em particular, no caso em que a carga curricular é de dois tempos letivos semanais, deve evitar-se que sejam no primeiro e último dia da semana.

- c) Distribuição semanal dos tempos das diferentes disciplinas de língua estrangeira e Educação Física

Sempre que possível, as aulas de Inglês e Estrangeira II não devem ser lecionadas em tempos letivos consecutivos.

No caso de Educação Física, as aulas não poderão ser em dias consecutivos e deve evitar-se que sejam no primeiro e último dia da semana.

- d) Alteração pontual dos horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas por ausências de docentes

Possibilidade de permuta: a transposição recíproca de posição de uma ou mais aulas de diferentes disciplinas entre os docentes da mesma turma ou entre docentes do mesmo grupo de recrutamento, sempre que for previsível a ausência de um deles.

Sempre que se verifique ausência imprevista de um docente, os alunos poderão realizar atividades na Biblioteca Escolar.

- e) Distribuição dos apoios a prestar, tendo em conta o equilíbrio do seu horário semanal
Os apoios a prestar aos alunos devem ser distribuídos tendo em conta o equilíbrio do seu horário semanal.

- f) Desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico atento o disposto no artigo 18º da Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto.

As Atividades de Enriquecimento Curricular ocorrem das 16h00 e das 17h00.

- g) Outros que se mostrem relevantes no contexto da escola.
 - a. Não devem funcionar, preferencialmente, mais do que 3 aulas de Educação Física em simultâneo (capacidade dos balneários, desinfeção de espaços e equipamentos, ...), potenciando a realização das aulas, sempre que o tempo o permita, no exterior.
 - b. A disciplina de Educação Física, no período da tarde, só poderá ser lecionada após um intervalo de 60 minutos, depois do almoço.
 - c. A mesma disciplina não deve ser lecionada, preferencialmente, sempre à mesma hora.
 - d. As disciplinas práticas devem ser, tanto quanto possível, lecionadas na mesma sala e, para cada turma e disciplina, devem ocorrer no mesmo dia.
 - e. No 1º Ciclo, as aulas de Português e Matemática devem ser colocadas, preferencialmente, no período da manhã, alternadamente em termos de horário.
 - f. As disciplinas de Português e Matemática devem ser lecionadas, preferencialmente,

no turno da manhã, e o mesmo se aplica, sempre que possível, às disciplinas de caráter mais teórico.

- g. Sempre que se justifique, a presença de alunos com medidas adicionais no grupo turma deve ser acompanhada por um docente de educação especial.
- h. Garantir, sempre que possível, salas no piso inferior para os alunos com dificuldades de locomoção, preferencialmente, no mesmo bloco.

Na distribuição de espaços escolares, deve ter-se em conta:

- a. Devem ser adstritas as salas e laboratórios às aulas práticas de turnos nas disciplinas de Ciências Naturais, Ciências Físico-Químicas;
- b. Para as disciplinas de Educação Visual e Educação Tecnológica (2º ciclo) e para as disciplinas de Educação Tecnológica e Educação Visual (3º ciclo) deverão ser, no início de cada ano letivo, adstritas as salas específicas para as atividades das disciplinas;
- c. Para a disciplina de Educação Musical deverá ter adstrita uma sala específica;
- d. Para a disciplina de TIC deverão ficar adstritas as salas devidamente organizadas com material informático;
- e. Os docentes de Educação Física estabelecem um roulement de forma a lecionar as diferentes modalidades nos espaços mais indicados;

Para toda e qualquer situação omissa neste documento prevalece a decisão da Diretora.

A formulação dos critérios presentes neste documento poderá ser alterada, em face da contingência relacionada com a condição pandémica que afeta a educação. Assim, os mesmos poderão merecer alteração ou adaptação conforme os cenários previstos em sede orientações emanadas pela tutela, a implementar, em função da existência de condições, a saber: regime presencial, regime misto, regime não presencial. Os três regimes merecerão a elaboração de um plano específico para cada um, da competência da Direção, prevendo as orientações de segurança emanadas pela tutela. A definição dos referidos planos poderá implicar a previsão de um horário de funcionamento diferente do atual.

6. LEGISLAÇÃO

- Lei nº 46/86, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril – Regime de Autonomia, Administração e Gestão.
- Decreto-Lei nº75/2010, de 23 de junho – Estatuto do Carreira Docente.
- Decreto-Lei nº137/2012, de 2 de julho - Regime de Autonomia, Administração e Gestão;
- Decreto Regulamentar nº 26/2012, de 21 de fevereiro – Avaliação de desempenho pessoal docente.
- Decreto-Lei nº132/2012, de 27 de junho - regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente;
- Lei nº 51/2012, de 5 de setembro – Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário.
- Decreto-Lei nº 91/2013, de 10 de julho – Alterações aos Princípios Orientadores da Organização e Gestão do Currículo do Ensino Básico e Secundário.
- Decreto-Lei nº83/2014, de 23 de maio - regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente;
- Portaria nº 644-A/2015, de 24 de agosto – AAAF, CAF e AEC.
- Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho;
- Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho;
- Lei nº116/2019, de 13 de setembro;
- Despacho Normativo nº 10-A/2018, de 19 de junho;
- Despacho Normativo nº 10-B/2018, de 6 de julho;
- Despacho Normativo nº16-A/2019, de 4 de junho.
- Despacho nº6726-A/2021, de 8 de julho de 2021

O presente documento constituir-se-á como um complemento anual ao Projeto Educativo e ao Regulamento Interno do AEAL

Emitido parecer favorável na reunião de Conselho Pedagógico de 21 de julho de 2021.